

A comunicação social e o espaço público contemporâneo

Fernando Resende

Introdução

A história do espaço público é a história do espaço da criação dos sentidos. A noção do que vem a ser o espaço público se reconfigura à medida que os sentidos também se recriam, sofrem revalorizações, permutam-se e amalgamam-se. De uma concepção praticamente física – o espaço público grego e o romano são o lugar onde o cidadão livre e os senhores feudais exercitam o poder – a uma que, de acordo com Habermas, é compreendida enquanto consequência e prolongamento de relações econômicas, passa-se por outra de caráter mais simbólico – para Hannah Arendt o espaço público é o espaço das aparências.

Na sociedade contemporânea, principalmente para os franceses, entre eles Bernard Miège, o espaço público é o que nasce das relações entre o Estado (que não é mais absoluto) e as outras formas de poder que se articulam nessa mesma sociedade. Ele é um espaço assimétrico (as novas tecnologias e os diferentes meios de comunicação ganham relevância e passam a ser o seu canal mediador), e fragmentado (o crescente número de agentes sociais que participam e se apossam das técnicas da comunicação promovem o alargamento do espaço), sendo, por conseguinte, o campo de atuação dos “novos” sujeitos-cidadãos. O espaço público contemporâneo, assim, significa o modo como se negociam saberes e poderes, ou ainda, o modo como se articulam forças e interesses em um mundo regido pelos meios de comunicação; ele é, por tudo isso, o espaço cuja nova norma é o conflito.

No seu furor narrativo, a contemporaneidade pede, cada vez mais, que se conte histórias que ainda não foram contadas. E dessa forma, no conflituoso

espaço público contemporâneo, as vias pelas quais se pode dar o exercício da narrativa, exatamente por se fazerem múltiplas, infinitas, ressaltam a importância de se considerar o *modo* como se narra e os seus *sujeitos* narradores: é a pluralidade dos meios que nos impõe a reflexão sobre a narrativa. Na modernidade tardia, além de ser fundamental saber contar as histórias do mundo, é crucial reconhecer este ato como o que emerge de uma necessidade de compreensão do próprio mundo em que se vive.

Sob essa perspectiva, o jornalismo escrito é mais uma necessidade do homem contemporâneo de se ver narrado, de se reconhecer enquanto ator – emissor e/ou receptor – do/no mundo em que vive. Portanto, nesse espaço onde coabitam diferentes modos narrativos e sujeitos narradores, está em redefinição tanto o lugar do jornalista quanto o do próprio jornal enquanto veículo de comunicação. O lugar de intermediador que, de certa forma, no espaço público burguês já vinha à tona, parece transfigurar-se no de negociador/mediador de sentidos. Este ensaio é uma reflexão acerca desses lugares e da premência de se pensar a narrativa como prática social comunicativa; ele quer significar o desejo de uma prática jornalística que se faça mais adequada aos sentidos que vêm sendo criados na sociedade que se configura no limiar do século XXI.

Da noção de espaço público: do grego ao burguês

Houve uma época em que os atores da comunicação faziam-se presentes em praça pública com o objetivo de discutir o que então reconhecia-se público. Eram os chamados cidadãos-livres – que tão livres eram quanto mais dominantes fossem. Esses atores faziam parte de um território comum, lugar no qual o outro – as mulheres e os escravos – não pertencia. A praça era o local onde se discutiam questões de interesse desses cidadãos (os *eleutheroi*), questões reduzidas a um espaço determinado pela relação de dominação que eles mantinham na sociedade em que estavam inseridos. O espaço público era então reduzido aos partícipes dessa “comunidade”, atores de uma comunicação ainda distante de ser social, de uma comunicação cujo objetivo se restringia ao conceito de “tornar comum”, comum limitado à esfera do *koinos*, mundo dos gregos no espaço da *polis*.

A rigor, no entanto, a idéia de comunidade enquanto conjunto de espaços ocupados pelo povo – espaços separados do privado – nasceu com o direito romano: ele veio institucionalizar a divisão entre o público e o privado. Para os romanos, o comum é constitutivo da rua, dos espaços que não eram do domínio da apropriação privada. O senhor feudal, figura legitimada a partir da disjunção instituída pelo direito romano, era a representação do privado e, por conseguinte, aquele que proferia o discurso da coletividade. Sob a lógica romana, o senhor feudal era a voz “publicamente” reconhecida, voz que aparentemente simboliza-

va interesses comuns, fato que fazia com que todo privilégio, na verdade, fosse dado ao privado. Ainda que de uma maneira menos explícita o mesmo acontecesse na Grécia – de certo modo os cidadãos-livres estão para os gregos como os senhores feudais para os romanos – a esfera pública, a partir do direito romano, era efetivamente e paradoxalmente de domínio do particular, do privado. Os atores da comunicação apenas mudavam de roupa – deixavam o poderio moral e/ou social grego – mas continuavam sendo os detentores de algum tipo de saber – econômico, no caso romano – que lhes dava o direito e o lugar privilegiado da fala. Somente a partir do século XV os senhores feudais, que adquirem conotações negativas, passam a deixar o lugar livre para os soberanos: o castelo torna-se a representação do novo espaço. Os reis são os representantes do poder, os atores da comunicação, e o povo, mais ainda, assume a categoria de espectadores.

É mais tarde, com a consolidação da sociedade burguesa, que começa a haver uma significativa alternância de poder: o Estado passa a gerir os interesses de uma sociedade que aos poucos se configura. Ele torna-se uma entidade reguladora do comércio, atividade que segue ganhando força enquanto se incrementa a necessidade de tornar público o conhecimento dos produtos disponíveis. Nesse princípio há ainda um grande controle e dependência em relação ao soberano, no entanto, o “tornar público” burguês já traz a noção de uma necessária e melhor articulação de interesses entre o Estado e o cidadão. Noção que ganha legitimidade num segundo momento, já a partir da segunda metade do século XVIII, quando surge a categoria da opinião pública.

É aí que se pode falar de um grande salto na noção que se tem de espaço público: ele ganha novos atores que, em novos lugares – nos cafés, por exemplo – dão voz a opiniões e discussões muitas vezes controversas às do Estado. Ainda que estivessem longe de fazerem concretizar a necessária relação de troca, esses novos atores da comunicação, juntamente dos já conhecidos detentores do poder, contribuíam para o alargamento do chamado espaço público: ele ganha a conotação de lugar de uma possível confluência de vozes, fato que, no espaço público contemporâneo, se torna mais contundente.

É de extrema importância fazer notar que é nesse novo contexto de espaço público que surge a possibilidade de uma imprensa escrita, não só de opinião, mas também de cunho literário e artístico. Segundo Adriano Rodrigues, “[a imprensa] nasce visando assegurar simultaneamente as estratégias contraditórias tanto de imposição das regras formais de gestão da *res publica* por parte do Estado burguês como de autonomia da privacidade e da domesticidade” (1990:39). Fator que já a coloca, no final do século XVII, ainda que de modo precário, no lugar social de agente intermediador entre o público e o privado.

A emergente noção de um espaço em transformação: a necessária inserção de novos atores

Para Habermas, contudo, é essa mesma imprensa que virá simbolizar o declínio do espaço público: ele se deteriora, segundo o filósofo alemão, à medida que o jornal passa a ser controlado por interesses mercadológicos. Habermas, nesse sentido, parece chamar atenção para o aspecto de que o espaço público, de fato, não tivesse sido ampliado, mas sim que o mercado tivesse tomado o lugar antes ocupado pelos cidadãos-livres (gregos) e pelos senhores feudais (romanos), fazendo com que os atores da comunicação continuassem sendo os mesmos de sempre, os detentores do poder. Reflexão bastante coerente com as teorias críticas da comunicação desenvolvidas pela Escola de Frankfurt, da qual faz parte o próprio Habermas. O filósofo alemão, por isso, tem um papel fundamental no sentido de contribuir para que se conceba o modo em que se deu a formação da sociedade burguesa e, mais ainda, para que se compreenda a (r)evolução do processo de comunicação, mais precisamente da imprensa escrita, na consolidação dessa mesma sociedade.

Porém, a leitura habermasiana sobre o espaço público burguês precisa ser resgatada sob uma ótica menos positivista. Não há como negar a interferência do “ator” mercado no processo de produção de notícias e mesmo no modo como se articula uma sociedade da comunicação: ele, definitivamente, é parte constitutiva do processo comunicacional. Todavia, negar a unilateralidade presente em uma leitura que dá a um único ator a função de dar sentido a um fenômeno tão rico como é o comunicacional, seria negar o próprio Habermas que, em outro trabalho, não admite o ato comunicativo senão como constitutivo de três mundos: o sistêmico, o das normas e o vivido. Ou seja, sendo esse ato a articulação desses três mundos, entender a imprensa escrita, ou qualquer outro modo comunicativo, em qualquer sociedade, implica uma reflexão que busque abranger, no mínimo, a constituição desses três mundos, o que não é o caso quando se fala de uma onipotência do mercado. Além disso, sob essa ótica, não poderia haver uma deterioração do espaço público, como foi sugerido por Habermas, mas uma interferência, menos ou mais significativa, na configuração daquele espaço, por parte de um segmento da sociedade que, no caso da burguesa, era o mercado.

Não é, portanto, a conclusão de Habermas acerca do declínio do espaço público na sociedade burguesa que move a reflexão que aqui se propõe. É, antes, o fato de que, com sua análise, podemos entrever o processo de construção de um espaço público – conceito sempre em mutação – mais confluyente, no sentido de ter sido aquele o momento em que a opinião pública (que de toda forma é um veio do processo de recepção) passou a ser constitutiva da própria imprensa. Imprensa que, por conseguinte, é também constitutiva do espaço público

que se construía. Não há como desvincular todas essas relações sociais que se dão, concomitantemente, no espaço chamado público: esse espaço é, ele próprio, a articulação dessas relações.

Certo é que esse processo, quando visto sob a mira de um olhar contemporâneo, olhar já perpassado pelas conseqüências e pelos aspectos críticos que acompanharam e vêm acompanhando o desempenho de uma cultura industrializada, é muito mais legível nesse final de século. Momento de alargamento dos conceitos que formulam o saber; momento de transformação desses mesmos conceitos em categorias menos rígidas, em noções que admitam a dinamicidade inerente à construção de um saber sempre em processo.

A sociedade contemporânea, de certo modo ainda como a burguesa, inevitavelmente deixa-se reger pelas leis do mercado. Entretanto, se sob a luz da construção do espaço público burguês (os atores da comunicação passam a estar presentes também nos cafés e passam a interferir no processo de mediação narrativa), vislumbrarmos a configuração do espaço público contemporâneo – espaço também pleno de (re)arranjos sociais – entendemos a necessária inserção e conseqüente participação dos vários sujeitos sociais no processo de construção de uma sociedade da comunicação.

E é, mais ainda, com a Teoria da Ação Comunicativa, também proposta por Habermas, que podemos elevar esses sujeitos à categoria de atores do modo como sugere Alain Touraine (1995), quando diz que “sujeito é a vontade de um indivíduo de agir e de ser reconhecido como ator”. Desse modo, um dos objetivos deste ensaio é redimensionar o fenômeno comunicacional, resgatando e reelaborando, no espaço público contemporâneo, as funções do jornal e do jornalista enquanto atores sociais, negociadores de sentido, tanto emissores quanto receptores. Agentes, assim como o mercado, constitutivos de um espaço sempre em transformação.

O anônimo homem moderno

A relevância dada ao mercado na sociedade capitalista, como já dizia Habermas acerca da burguesa, muito contribuiu para que a imprensa escrita, de algum modo, substituísse a linguagem mais elaborada por uma menos prosaica, mais rápida e pronta a atender as demandas de uma sociedade em crescente processo de compressão de tempo. A velocidade, na sociedade moderna, é o mote que conduz o homem a um futuro necessariamente próximo, futuro que, de preferência, aconteceria antes do ainda virtual ano 2000.

A era moderna, assim, trazia implícita a noção de um ideal de progresso: o mundo seria melhor a partir de então, todos livres e iguais poderiam construir um mundo mais fraterno e mais digno. O jornalismo, no século XX, incorpora

o ideal modernista: construir o progresso, a qualquer custo, pela via da “ordem”. Ordem que, no que se refere à produção jornalística, significou normatização e compactação dos textos. O jornal, desse modo, acreditava-se, daria aos leitores – que de qualquer maneira não passavam de conglomerados de massa – o necessário para acompanhar a “evolução” do mundo: era o caráter informativo que se adequava à frenética corrida contra o tempo.

O espaço público moderno, nesse contexto, como não poderia deixar de ser, é a própria representação da modernidade: um espaço dividido em funções e em categorias valorativas, baseado na concepção de uma possível linearidade histórica na qual todo sentido parecia derivar de um processo evolutivo. Um espaço reduzido ao simples, melhor dizendo ao simplório, uma vez que os sujeitos – incluindo os atores da comunicação – não podiam ser vistos como atores, porque eram, antes, conseqüências de causas outras, pois eram objetos das intenções dos que tramavam e articulavam os interesses capitalistas. O reconhecido homem moderno é o homem das massas, o homem sem rosto, um ator sem vida e, portanto, sem capacidade de ação. Daí também explica-se a concepção de uma teoria crítica da comunicação, a frankfurtiana, completamente voltada para o caráter manipulador da mídia: somente sobre indivíduos sem rosto pode-se conceber tamanho exercício de dominação.

O espaço público contemporâneo e os meios de comunicação

No entanto, colapsos econômicos, guerras, o recrudescimento das desigualdades sociais, a queda do muro de Berlim (símbolo máximo de um mundo rigidamente dividido em dois), todos fenômenos-produtos de um momento moderno, vieram contradizer a utopia de uma possível linearidade histórica, reforçando a idéia de que o mundo contemporâneo chegava apresentando relações muito mais complexas. Assim, o positivismo modernista parece ter se amalgamado a uma confluência de saberes que não mais se explica à luz de conceitos de caráter evolucionista. Hoje, não só a imprensa escrita é constitutiva de um espaço sempre em construção, mas outros vários meios narrativos compõem e recontam esse mesmo espaço.

Nesse contexto, o homem contemporâneo não se faz homem senão pela via da ação. Nesse lugar, os atores da comunicação não só têm rostos, mas também bocas, porque bradam por todos os cantos e de todas as formas possíveis as histórias que vivem. Sob essa perspectiva, o espaço público contemporâneo é o espaço do conflito – resgatando Miège (1992) – porque é espaço de negociação entre os vários sujeitos-narradores das histórias contemporâneas. Ele nasce das relações entre o sujeito Estado, que não é mais soberano ou absoluto, e outras várias formas subjetivas de poder: o mercado (grande vilão das sociedades bur-

guesa e moderna), além dos comunicadores e dos próprios meios de comunicação, somente para citar algumas. O espaço público contemporâneo, assimétrico e fragmentado, nasce e sobrevive da coexistência dessas relações.

E, mais ainda, nele coabita um outro processo: o da globalização. Para Renato Ortiz (1994), este é um processo também conflituoso: a sociedade contemporânea não se faz tão-somente do que é global, mas, também, do que nela tem de local. Não há como entender globalização senão como um fenômeno que traz implícita uma idéia de integração e de fragmentação: é o uno que, ao deparar-se com o coletivo, se reconhece; é o indivíduo refazendo-se nos vários eus com os quais ele encontra. Portanto, não se pode falar em local e global enquanto duas polaridades, pois na verdade forma-se uma malha onde vários pontos se interseccionam. Os econômicos parecem, pelo menos sob a ótica dos ideais do mundo capitalista desenvolvido, pontos melhor interligados. Os culturais, entretanto, reforçam a diversidade de fios com que a malha é tecida, a heterogeneidade e a pluralidade, a verdadeira concomitância entre o local e o global.

Nessa malha entretecida, o espaço público contemporâneo também se fragmenta enquanto se integra. Para Bernard Miège, não há mais a concepção de um espaço público universal, há a justaposição de espaços parciais que colocam os sujeitos-cidadãos em situação de interação parcial: o local, pode-se assim dizer, entretecido no global. E nesse contexto, porque o processo é dinâmico e os fenômenos se dão em concomitância, articulam-se as identidades, reorganizam-se as massas.

Evelina Dagnino (1994), ao traçar parâmetros para se pensar acerca da emergência de uma nova noção de cidadania no mundo contemporâneo, entende a redefinição da idéia de direitos como um pressuposto na formação do novo sujeito-cidadão: a “invenção de novos direitos” e até o “direito a ter direitos” vêm a ser preceitos constitutivos do homem contemporâneo. E é este mesmo homem, movido também pela assimetria – fundamentalmente econômica – gerada pelo próprio processo de globalização, que vem articulando o seu lugar no mundo. É a estratégia dos não-cidadãos, dos excluídos, o que, segundo Dagnino, é um outro pressuposto para que se conceba a nova noção de cidadania, noção que se adapta ao desencadeamento de uma série de movimentos sociais que merecem atenção: movimentos que significam o modo como hoje se busca o reconhecimento social, movimentos organizados pelos sujeitos tornado atores, como sugere Touraine (1995). Vozes que, mesmo incipientes, parecem ser a de quem começa a entender a condição de “sujeitos políticos (...) múltiplos e heterogêneos que compartilham alguns princípios básicos sobre a participação popular, a cidadania e a construção democrática (...)”, como sugere Dagnino.

A indústria cultural, questão central trabalhada pela teoria crítica frankfurtiana, nasce, principalmente no Brasil, junto com o ideal de progresso.

Se esse ideal entra em colapso, cabe rever seus efeitos nos fenômenos que com ele nasceram. Mais ainda, se o local se torna global, se as culturas se mundializam, se os fios se entrelaçam e formam novos fenômenos transnacionais, se os espaços parciais tomam o lugar do universal, como não rever essa concepção moderna de um mundo dividido entre dominados e dominantes? Gramsci, com a noção de bloco hegemônico, já nos alertava para a possibilidade de que os poderes pudessem se alternar. Na modernidade tardia, o absoluto perde terreno para o imponderável, o linear para o circular, entre outras várias noções que reproblematicizam o ato de estar no mundo. Não há nisso nenhuma relação, cumpre ressaltar, com o niilismo muitas vezes encontrado, quando não simplesmente lido, no pensamento pós-moderno. Há, sim, total relação com a disseminação do saber e com a reconfiguração da noção de poder de que fala Lyotard.

É sob essa perspectiva que pensamos ser possível ressignificar o papel dos meios de comunicação na sociedade, entendendo-a como parte constitutiva deles, eles como parte dela. Ainda que não seja possível falar de uma sociedade justa construída com a ajuda dos meios de comunicação, podemos falar de uma sociedade que vem construindo discursos/atos que nela repercutem também através dos meios, formas que muitas vezes se constroem com os meios. Faz-se necessário, sob essa perspectiva, reler os meios de comunicação, entendê-los instrumentos pelos quais se operacionaliza o processo de comunicação, aqui entendido não exclusivamente como modo de imposição de saber, mas antes, como processo – porque dinâmico – através do qual os saberes transitam.

No espaço público contemporâneo, entendemos que a comunicação, se verdadeiramente vista e praticada como processo, é “elemento contributivo” porque tece e desenrola os fios locais e globais; é “indicativo de ação” porque, através dos meios, apresenta a trama, fazendo com que seus atores a (re)conheçam; é “mediador de culturas” porque, com os meios, viabiliza a troca de conhecimentos. Nesse contexto, os meios enquanto espaço de configuração do processo, antes de serem os vilões dominadores, são parte do jogo de poder, jogo que entra em cena junto com a eclosão de novas possibilidades de negociação de sobrevividas.

É Miège quem diz que na contemporaneidade “los dispositivos de la comunicación encuentran estrategias sociales y se ven obligados a amoldarse a las relaciones sociales” (1992:125). Não há, portanto, como desvincular a transformação por que passa a comunicação e nem mesmo todo o processo comunicacional do modo como se configura o espaço público contemporâneo. E dessa forma, refletir sobre esse espaço, gerado por relações de conflito, com suas novas noções de direito e cidadania, também significa refletir sobre os novos modos que os sujeitos sociais utilizam para, nele, adquirir direitos e cidadania; e a cultura industrializada não pode ficar à deriva desse projeto.

Da narrativa

Sendo assim, a partir da abordagem que propomos, queremos sugerir que a narrativa, em seu caráter dinâmico e social, possa se fazer presente nas análises e nas reflexões sobre a sociedade que constrói (e se reconstrói com) os meios de comunicação. Em um trabalho renovador para o campo dos *media*, Jesús Martín-Barbero alerta-nos para a relevância de se desenvolver outros parâmetros nos estudos acerca dos meios de comunicação. Para esse autor, faz-se necessário transitar do paradigma informacional para um outro, mais atento às mediações do que aos meios propriamente ditos. Em termos históricos e teóricos, Martín-Barbero rompe com o princípio básico que orientava os estudos pela perspectiva dos meios (o jornal, o rádio, a televisão, entre outros), ao propor que o relevante, na sociedade contemporânea, estaria nas relações (sociais, culturais, entre outras), que configuram e constituem a existência desses meios¹. Nesse sentido, as narrativas, porque cumprem a função de tecer a existência entre os meios e a sociedade, são elementos essenciais.

Ao experimentarmos, no tempo presente, relações tão absolutamente próximas, principalmente porque mediatizadas, deparamo-nos com aspectos sobre os quais vale refletir. Os processos globalizatórios partem de um mundo que se desterritorializa com o avanço e a ajuda, primordiais, dos meios de comunicação, alteram as noções de espaço e tempo, reconfigurando os modos de estar no mundo. Do ponto de vista teórico, percorrem-se trilhas antes desconhecidas, principalmente porque alteram-se as lógicas de existência que passam a demandar outras lógicas de compreensão. Os estudos inter e transdisciplinares, por exemplo, tornam-se essenciais e constitutivos de uma época em que o mundo, como afirma Santos, diante de uma imensa diversidade de experiências sociais, abre “(...) caminho para novos *direitos às opções*, que atravessam fronteiras até há pouco tempo policiadas pela tradição, pelo nacionalismo, pela linguagem ou pela ideologia (...)” (2002:60, grifo do autor).

As narrativas, nesse contexto, têm um papel primordial, primeiro porque nelas são tecidos os saberes acerca do mundo, depois porque, a partir delas, outros saberes são construídos. Em outras palavras, se há alguma mediação possível, pelo menos em se tratando do campo dos *media*, ela acontece na e através da narrativa. Vale ainda lembrar, o triângulo que delimita o campo dos *media* enquanto instituição social, de acordo com Rodrigues (1984), além da discursividade e da tecnicidade, tem a narratividade em uma de suas pontas. Para esse autor, os meios, que ele chama de “máquinas narrativas”:

Asseguram (...) ao mesmo tempo a continuidade e a rotura, actualização da Grande Narrativa fundadora e corte numa *multiplicidade de pequenas nar-*

narrativas menores, prolongamentos mediáticos do imaginário ancestral e produção de uma racionalidade quotidiana, de um efeito de realidade. Dupla pertença: ao imaginário ancestral e à quotidianidade, fonte de uma nova estratégia legitimadora da divisão e da rarefacção do espaço (1984:63, grifo nosso).

Ou seja, as “pequenas narrativas” – diversas, plurais e inumeráveis, como bem diz Roland Barthes (1971) – tornam-se importantes elementos a serem investigados do ponto de vista sociológico, porque conferem legitimidade e redividem, socialmente, o espaço no qual elas pertencem.

Além disso, há que registrar o fato de que é no tempo presente, também concomitante à dinâmica de desterritorialização e aos processos globalizatórios que, através do campo dos *media* e em ritmo acelerado, eclodem e se diversificam as narrativas. Falamos, hoje, de tudo, de todos e de vários modos possíveis, através das “máquinas narrativas” que a própria modernidade criou. É certo que em condições distintas, já que nem todos têm o mesmo tipo de acesso à fala e/ou à escuta, mas sabemos ser impossível estar indiferente às formas várias que se tem encontrado para falar do mundo. É esta uma constatação de ordem prática que nos leva a uma dimensão social sem precedentes e que não tem limites.

Primeiro, porque em nenhum outro tempo tantas “máquinas” coexistiram e de maneira tão veloz conseguiram se fazer transmissoras de tantas variadas e significativas informações. Por satélites ou por redes telemáticas, em um curtíssimo espaço de tempo, as narrativas saltam de uma ponta a outra do mundo, reconfigurando tempos e espaços, e construindo saberes que, bem ou mal, determinam e alteram os modos de estar e experimentar o mundo. O caráter social a que este fato alude diz respeito às intervenções provocadas. Para Appadurai, por exemplo,

(...) o grande discurso acerca da modernização desenvolvimentista (crescimento econômico, alta tecnologia, negócios agrários, educação, militarização) ainda persiste em vários países. No entanto, é frequentemente pontuado, questionado e redefinido por micronarrativas de filmes, televisão, música e outras formas de expressão que permitem que a modernidade seja reescrita, mais como uma globalização que respeita as especificidades locais que uma que faça concessão a procedimentos de larga escala, nacional e internacional (1996:10).

Uma observação relevante que nos faz pensar na importância que o campo dos *media* tem na organização e na divisão do espaço social. No Brasil, por exemplo, surgem, no campo dos *media* e através dele, vários movimentos em

favelas ou em outros espaços à margem da sociedade. Há, entre muitos, o Movimento dos Sem-Terra, o grupo Afro-Reggae da Favela do Vigário Geral no Rio de Janeiro e as várias ONG's, além de outros movimentos que cada vez mais ocupam os meios de comunicação e se fazem presentes e partes da sociedade como um todo – são modos de organização que, em uma significativa reocupação do espaço social, revigoram o processo de formação de cidadania. Formas que sublinham vozes de outros atores sociais.

É interessante notar que são essas as mesmas vozes que também formam a chamada sociedade de massa. Grupo do qual todos fazemos parte, que vive o processo de criar e recriar mediações alienantes e não. No lugar conflituoso, é preciso notar, as narrativas coabitam. Nesse espaço, fazemo-nos todos sujeitos produtores de textos e, para salvar-nos, fazemo-nos também ouvintes. Desse modo, é preciso notar, narramos, bem e mal, as nossas próprias histórias, recriando-nos em espaços públicos parciais².

O trabalho de Appadurai é particularmente relevante no contexto da nossa reflexão porque, na perspectiva das migrações e da inscrição do meio eletrônico na sociedade, o autor reavalia o papel da imaginação na reconfiguração do espaço social. No mundo pós-eletrônico, segundo esse autor, devido ao próprio avanço tecnológico, ocorre uma mudança sistemática e significativa no que diz respeito à imaginação porque ela rompe o espaço da arte, do mito e do ritual para tornar-se parte do “trabalho mental cotidiano” de pessoas comuns em muitas sociedades (1996:5). O que para a nossa reflexão revela-se como significativo é o fato de que todo o trabalho de imaginação, pensado por Appadurai como fundamentalmente social deriva das narrativas mediáticas. O próprio autor entende que “a mídia eletrônica marca e reconstitui um campo muito mais amplo, no qual os meios impressos e outras formas orais, visuais ou auditivas de mediação continuam a ser importantes” (1996:3).

Sob essa ótica, vemos a narrativa como uma forma de representação coletiva, como um elemento que cria e recria sociabilidades, como práticas comunicativas sociais que definitivamente contribuem, na sociedade mediatizada, para o alargamento dos horizontes de experiência. E nesse aspecto é fundamental que a sociologia da comunicação esteja atenta às formas de narrar o mundo. Não exclusivamente ao conteúdo das mensagens que se passa – é esta a perspectiva do *texto das lógicas* – mas, principalmente, às dimensões éticas e estéticas que, da perspectiva das mediações ou da *lógica do texto*, reposicionam os campos e os atores sociais, oferecendo a eles possibilidades de existência³.

É preciso ressaltar que a sociologia, de modo geral, já traz, como objeto de análise, narrativas orais (as entrevistas, por exemplo) e outros documentos, que são muitas vezes, os próprios jornais. No entanto, a dimensão subjetiva que a *lógica do texto* sugere pode oferecer às análises sociológicas da comunicação uma

perspectiva outra que vise, no mínimo, ao reconhecimento de que a dinâmica comunicacional é de uma ordem mais complexa que aquelas para as quais as perspectivas teóricas dominantes nos alertaram. Por exemplo, fazer notar a existência de outros atores sociais, no campo dos *media*, não significa, tão-somente, identificá-los como notícias, mas reconhecer aspectos que têm feito com que eles próprios se tornem ou construam notícias. E reconhecer, mais ainda, em quais dimensões éticas e estéticas as máquinas narrativas têm incorporado as suas presenças. Trata-se de trabalhar em uma perspectiva outra que visa pensar não somente os efeitos que os meios têm sobre a sociedade, mas em quais aspectos e sentidos a sociedade tem contribuído para que os meios se reconstituam.

Da perspectiva da rua: as resistências

Nesse ensaio, do ponto de vista da comunicação social e do jornalismo, a contribuição que pensamos ser possível dar para que, efetivamente, o olhar sobre os dois campos se apresente ampliado, parte da perspectiva do que propomos chamar de “rua”. Não se trata, é preciso ressaltar, do espaço físico, tal qual conhecemos, mas de uma ordem conceitual e simbólica que visa a reiterar, em uma perspectiva macro, o caráter de ausência que reconhecemos tanto no que se refere às articulações práticas como teóricas nos referidos campos.

Há que considerar, nesse aspecto, a contundência do tempo presente em nos apontar ritmos e sons que devemos ouvir. Por exemplo, percebe-se, atualmente, uma mobilização significativa em torno da articulação e da organização de jornais e revistas que têm sido feitos pela população que tem trajetória de vida nas ruas⁴. Se este fato, que apesar de assumir contornos estritamente locais não é peculiaridade do Brasil, denota uma necessidade que esses agentes têm de se fazerem ouvidos e/ou representados, há de se ressaltar que ele suscita, também, a possibilidade de que nós, munidos do saber acadêmico e científico com o qual a comunicação social e o jornalismo operam, não estejamos nos fazendo aptos a escutá-los e/ou representá-los.

Vale ainda dizer, este dado reitera a tese de que um pensamento atrofiado nos campos em questão tem produzido narrativas atrofiadas. E já que a rua parece apresentar a demanda de falar por si própria, esta constatação reforça a hipótese de que o reconhecimento e a identificação de saberes e agentes não-hegemônicos é fundamental para a revisão dos saberes, dos agentes e das práticas que, na corrente hegemônica do processo, têm cumprido a tarefa de falar pelos outros. Diante disso, a dimensão metafórica que desejamos dar à palavra rua diz respeito a dois elementos para os quais chamamos atenção: a) o caráter de emergência das narrativas na sociedade contemporânea; b) a força da comunicação como signo de relação.

Na perspectiva do primeiro elemento metafórico que desejamos cotejar, “rua” quer simbolizar a eclosão e a emergência de narrativas, fato que tem profunda relação com os processos globalizatórios que temos experimentado no tempo presente. Uma leitura que aborde a noção de globalização em uma perspectiva plural permite-nos considerar a variedade de experiências e agentes sociais com os quais convivemos no contemporâneo. Tratam-se de práticas e saberes sociais e culturais que, uma vez transnacionalizados, e em um processo aparentemente contraditório, ressaltam e fazem emergir diferenças. Para Santos, trata-se de um modo de produção de globalização, a que ele chama de “cosmopolitismo”, que se configura em práticas e discursos de resistência contra as trocas desiguais produzidas no sistema mundial tardio (2002:73). Ou, de outro modo, seriam as unidades sociais, recombinaadas a partir da reordenação espaço/tempo (DaMatta, 2000:39), em processo de rearticulação e recriação de modos de pertencimento, hoje ressaltados pelo campo dos *media*.

No âmbito da nossa reflexão, é sob essa perspectiva que tais experiências e agentes têm sido provocados a produzir narrativas, vale dizer, com os recursos tecnológicos propiciados pelo crescimento e avanço das “máquinas narrativas”. São de discursos que, de algum modo, resistem às práticas e aos agentes dominantes, pois são formas que se tem encontrado para fazer manifestar os localismos exacerbados pelos próprios processos globalizatórios. Tais dizeres, de alguma maneira, além de nos remeter a uma dimensão cultural complexa dos processos de globalização, precisam ser vistos como resistências que, na sociedade que se expressa pela via dos meios, se manifestam em forma de narrativas mediatizadas.

A existência de tais narrativas, é preciso ressaltar, apresentam-se estritamente vinculadas às reconfigurações que a experiência sofre na modernidade. Rodrigues, ao traçar uma perspectiva genealógica da experiência comunicacional e do discurso da globalização, chama atenção para a mudança no caráter da experiência globalizada. Para esse autor, a invenção das máquinas provocou etapas de desterritorialização da experiência (2000:4). Nesse sentido, muito mais do que na época da invenção das máquinas, a experiência hoje se caracteriza pela sua culturalidade. E as narrativas, vale dizer, configuram-se como o espaço em que a experiência cultural desterritorializada se materializa. Os efeitos dessa constatação, para a comunicação social e o jornalismo, tanto podem significar um risco à subsistência das práticas e saberes dominantes, como o sinal necessário para que se parta em direção a uma atitude de renovação. No que diz respeito ao nosso trabalho é esta a perspectiva que escolhemos.

A segunda metáfora que desejamos aludir quando trazemos a “rua” como lugar de produção de sentido, diz respeito às características intersticiais dessas narrativas de resistência. Desprovidas do caráter conceitual que as correntes teó-

ricas dominantes pressupõem, tais narrativas trazem à tona a problemática da dicotomia que a modernidade criou entre as noções de comunicação e informação. As experiências de resistência, é preciso ressaltar, primam pela aplicação do conceito de comunicação como signo de troca e relação⁵. Não há, por princípio, uma preocupação com o caráter informativo que define a narrativa jornalística dita “oficial”, há uma necessidade de narrar, o que em sua concepção clássica significaria repassar experiências. No entanto, e é aí que o paradoxo se estabelece, elas não deixam de ser informativas, do ponto de vista mesmo da comunicação social e do jornalismo⁶.

A perspectiva dicotômica inscrita no campo da comunicação social tem sido determinista e certamente causadora de muitos dos entraves que têm feito do jornalismo um campo distante do cotidiano. Resistir a esse princípio disjuntivo, que, no campo do jornalismo oferece à informação o sentido de objetividade e precisão e à comunicação a ordem impossível do subjetivo, é uma das lutas mais prementes no campo da comunicação social atualmente. É instigante que seja na dimensão complexa dos processos globalizatórios que seja possível revê-lo. Adriano Rodrigues atenta para o seguinte aspecto:

Apesar da informação ser cada vez mais globalizada, atingindo a totalidade do planeta, a esfera da comunicação é cada vez mais enraizada na experiência concreta de cada uma das comunidades humanas e das suas culturas, levando mesmo ao exacerbamento da diversidade da experiência (2000:11).

Desse modo, se o nó que hoje prende o campo do jornalismo a um traçado menos humano e mais técnico encontra-se na crença de que articular comunicação e informação é da ordem do impossível, cumpre ressaltar que é o reconhecimento da diversidade da experiência, expressa em narratividades, um dos caminhos possíveis para que outra rede seja tecida.

Assim, as narrativas de resistência encontradas e reconhecidas no tecido contemporâneo são provas de que o espaço concedido às formas reconhecidamente jornalísticas é pouco. No caso do jornalístico, no seu sentido formal e epistemológico, o espaço é pequeno diante da premência de nos mantermos informados acerca dos acontecimentos. Desse modo, ler essas narrativas no tecido do jornal é entender como a vida (na perspectiva da cultura) supera a forma. E vale ainda ressaltar, a idéia de uma assimetria provocada por “uma desigualdade de participação (...) e de acessos aos meios modernos de comunicação”⁷ é pungente, e por isso real, no sentido de revelar quão cruel é pensar o mundo, tão-somente, na dimensão do econômico. Miège pergunta e provoca inquietação: “o espaço público, fundado hoje sobre uma multiplicidade de dispositivos e aparentemente constituído por uma justaposição de espaços parciais que não se comunicam entre si, não será jamais unificado?”⁸

A provocação surte efeito e um fio condutor (sedutor) na própria pergunta se insinua: se os espaços parciais se dão em *justaposição*, não seria melhor pensar em interação, ao invés de unificação? Não há, parece, diante do conflito que se estabelece no hoje, modelo possível de unificação. No entanto, e é na mesma malha global/local que se pode tecer o nosso fio, não há como desconsiderar a força que a cultura exerce no tecido humano. O processo é dinâmico e dialético: a própria assimetria de que fala Miège instaura o conflito que, é bom sublinhar, impõe aos suportes comunicativos ensaiar melhores exercícios de mediação. Seria demasiado ingênuo e por demais moderno – no sentido que o projeto impõe – pensar que o mundo se faz melhor a partir do que se vive no espaço público contemporâneo. O desafio é outro, é da ordem do *fazer* e do *ouvir*, atitude que implica, invariavelmente, que seja lançado ao jornalístico um olhar ampliado.

Sob essa perspectiva, a dimensão da narrativa (na perspectiva da experiência globalizada) e o conceito de comunicação (desvinculado da relação dicotômica) são as ausências que a lógica da rua permite ver. Talvez, se recuperados e problematizados no “grande” texto jornalístico – o que abrange sua dimensão teórica e prática – seja possível, no tempo presente, renovar práticas e saberes no campo dos *media*, de modo a possibilitar maiores abrangências no que tange à compreensão dos modos de ler e tecer o mundo. Aos campos em questão, incluindo o da sociologia da comunicação, cabe o sentido da inclusão e o da agregação, que somente se faz possível se houver disposição em observar e escutar o estranho que, apesar das *lógicas*, resiste enquanto *texto*.

Fernando Resende
Professor da PUC-Rio

Notas

1. Para o autor, “durante muito tempo estudamos comunicação sem pensar no seu papel na reorganização da divisão social (...)”. Cf. Martín-Barbero, Jesús. *Dos meios às mediações: comunicação, cultura e hegemonia*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1997, p.44.

2. Cf. Miège (1992). Na mesma perspectiva trabalha Appadurai (1996), que pensa na formação de “esferas públicas diaspóricas”, pequenos espaços de ação fomentados pelo processo de mediação de massa.

3. No campo do jornalismo escrito esta proposta está desenvolvida em Resende (2002 – tese de doutoramento). Um dos caminhos interessantes que a abordagem pela *lógica do texto* possibilitou, no referido trabalho, se refere à ampliação do universo narrativo jornalístico. Nele, outras narrativas, além das ditas “oficiais”, se tornaram presentes. São as chamadas “narrativas de resistência” que, em contraponto às “atrofiadas” – tecidas pelo *texto das lógicas* – remetem-nos a uma dimensão mais subjetiva e complexa, tanto da prática jornalística como dos valores

e conceitos com os quais este campo trabalha. Para essa perspectiva, faz-se fundamental a reflexão acerca das narrativas que tem sido desenvolvida no campo dos estudos literários, particularmente, as obras de Bakhtin, Mikhail. *Marxismo e filosofia da linguagem*. São Paulo: Hucitec, 1995, e *Estética da criação verbal*. São Paulo: Martins Fontes, 1997, e Barthes, Roland (1971).

4. São várias as cidades no Brasil e no mundo que têm se servido desses jornais. Em Londres, *The big issue*; Barcelona, *La farola*; Lisboa, *Cais*; Buenos Aires, *La calle*; São Paulo, *O trincheiro*; Porto Alegre, *Boca da Rua*, entre outros. É certo que cada um apresenta motivos objetivamente peculiares para a sua constituição, como também é certo que todos têm em comum a busca por um canal de interlocução com a sociedade na qual se inserem.

5. Nossa abordagem se faz valer do paradigma comunicacional a que alude Queré (op. cit.). Do mesmo modo, trabalhamos com Martín-Barbero (op. cit.), que propõe o trabalho das mediações como uma alternativa ao paradigma informacional.

6. Aqui tocamos em um dos pontos nevrálgicos da nossa reflexão. Benjamin (1985) apresenta um dilema central que problematiza a questão da narrativa na perspectiva da informação. Para o autor, em uma reflexão feita nos anos 1940, o surgimento da informação inviabiliza a prática narrativa, porque a sistematiza e condensa. Aqui pretendemos ressaltar que a crítica do autor é absolutamente pertinente no que diz respeito, particular, às narrativas atrofiadas construídas pelo *texto das lógicas*. À luz da *lógica do texto*, no entanto, as narrativas de resistência, que têm se mostrado contundentes no que diz respeito à dilatação das formas narrativas, não deixam de apresentar o caráter informativo ressaltado pelo pensamento jornalístico dominante. Cf. Resende (2002 – tese de doutoramento).

7. Miège, 1999, p. 10.

8. Miège, 1999, p. 10.

Referências bibliográficas

APPADURAI, Arjun. *Modernity at large – cultural dimensions of globalization*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1996.

BARTHES, Roland. *Análise estrutural da narrativa*. Petrópolis: Vozes, 1971.

BENJAMIN, Walter. O narrador — considerações sobre a obra de Nicolai Leskov. In: _____. *Magia e técnica, arte e política*. São Paulo: Brasiliense, 1985, p. 197-221.

CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano*. Petrópolis: Vozes, 2000.

DAGNINO, Evelina. Os movimentos sociais e a emergência de uma nova noção de cidadania. In: _____. (Org.) *Anos 90: política e sociedade no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1994, p.103-115.

DaMATTA, Roberto. *A casa e a rua – espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil*. Rio de Janeiro: Rocco, 2000.

MARTÍN-BARBERO, Jesús. *Dos meios às mediações – comunicação, cultura e hegemonia*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1997.

MIÈGE, Bernard. O espaço público: perpetuado, ampliado e fragmentado. *Novos olhares*: revista de estudos sobre práticas de recepção a produtos mediáticos, São Paulo, ano 2, n.3, p.4-11, 1º sem. 1999.

MIÈGE, Bernard. El espacio público visitado de nuevo (I) e (II). In: MIÈGE. *La sociedad conquistada por la comunicación*. Barcelona: ESRP/PPU, 1992.

ORTIZ, Renato. *Mundialização e cultura*. São Paulo: Brasiliense, 1994.

QUERÈ, Louis. “D’un modèle épistemologique de la communication à um modele praxéologique”. *Reseaux*, Paris, mars/juin, 1991, n.46-47.

RESENDE, Fernando. “O olhar às avessas – a lógica do texto jornalístico”. São Paulo: ECA/USP, 2002. (tese de doutoramento)

RODRIGUES, Adriano Duarte. “Para uma genealogia do discurso da globalização e da experiência”. BOCC – Biblioteca Online de Ciências da Comunicação, Lisboa, 2000.

_____. *O campo dos média – discursividade, narratividade, máquinas*. Lisboa: A regra do jogo, 1984.

SANTOS, Boaventura de Sousa. “Para uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências”. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, Coimbra, n.63, outubro/2002.

_____. *Crítica à razão indolente*. São Paulo: Hucitec, 2000.

_____. “A queda do *Ángelus Novus* – para além da equação moderna entre raízes e opções”. *Revista Novos Estudos Cebrap*, n.47, março/1997.

Resumo

A comunicação social e o jornalismo como práticas sociais ganham outra dimensão no espaço público que se configura no hoje. A noção de espaço público, em constante processo de reconfiguração, contribui para que o jornalista e o jornal possam ser vistos como partes do conflito de forças que tece as relações sociais contemporâneas. Essa reflexão impõe o reconhecimento de outros fazeres jornalísticos que, em certos aspectos, resistem aos modos dominantes. É premente, nesse contexto, que as narrativas sejam legitimadas como práticas sociais comunicativas que ajudam a compreender e tecer o conflito.

Palavras-chave

Espaço público, jornalismo, narrativas, práticas sociais comunicativas

Abstract

Social Communication and Journalism, as social practices, acquire another dimension in the public sphere nowadays. The notion of public sphere, in a constant process of redefinition, contributes to the fact that the journalist and the newspaper be seen as part of the power conflict which intertwines the contemporary social relations. This reflection imposes the recognition of other journalistic practices that, in certain ways, have resisted among the hegemonic ones. It is fundamental, in such a context, that the narratives be legitimated as communicative social practices which help comprehend and build the conflict.

Key-words

Public sphere, journalism, narratives, social communicative practices